

Desafios e estratégias turísticas para a preservação de um (não) patrimônio

Challenges and tourism strategies for preservation of a (non) heritage

Desafíos y estrategias de turismo para la conservación de un (no) patrimonio

Felipe Borborema Cunha Lima¹
Mariluci Neis Carelli²

Recebido em: 15/7/2019

Aceito para publicação em: 19/1/2020

¹ Doutor em Turismo e Hotelaria pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali). Professor colaborador e bolsista de pós-doutorado (PNPD/Capes) no Programa de Doutorado e Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (Univille).

² Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora da Univille.

Resumo: O debate apresentado neste artigo emerge das tensões e problematizações dos usos e funções do moinho de vento do pórtico de Joinville, que provoca controvérsias quanto a sua importância, ou não, como patrimônio cultural. Desse modo, tem por objetivo analisar e problematizar a imagem do moinho perante as ações e medidas que busquem a proteção do patrimônio cultural por intermédio de intervenções turísticas. A metodologia utilizada é qualitativa de natureza exploratória e interpretativa com base em Geertz (2008), com coleta de dados bibliográfica e documental, associada à busca de imagens do moinho nas plataformas digitais e à produção de fotografias de objetos que em sua composição apresentassem a figura do moinho. Após leitura, fichamento e sistematização do material, foi construído um banco de dados no programa Access. Os resultados mostram que o moinho desperta sentimentos conflitantes sobre questões relativas a representação, originalidade e autenticidade. No entanto, se por um lado o moinho não é reconhecido oficialmente como patrimônio, sua utilização está consolidada enquanto marca de destinação turística e seu uso vem sendo apropriado pela população como representação simbólica da imagem do lugar.

Palavras-chave: patrimônio cultural; turismo; moinho de vento; redes sociais; Joinville.

Abstract: The debate presented in this paper emerges from the tensions and problematizations of the uses and functions of the windmill at Joinville entrance, which provokes controversies about its importance, or not, as a cultural heritage. Thus, the article aims to analyze and to problematize the image of the windmill under actions and measures that seek the protection of cultural heritage through tourist interventions. The methodology used was qualitative, exploratory and interpretative, based on Geertz (2008), with bibliographic and documentary data collection, associated with windmill images on digital platforms and the production of photographs of objects that in their composition present the windmill figure. After reading, filing and systematizing this material, a database was built in the Access program. The results indicate that the windmill arouses conflicting feelings about questions concerning representation, originality and authenticity. However, while the windmill is not officially recognized as a heritage site, its use is consolidated as a touristic destination and has been appropriated by the population as a symbolic representation of the place's image.

Keywords: cultural heritage; tourism; windmill; social networks; Joinville.

Resumen: El debate presentado en este artículo surge de las tensiones y problematizaciones de los usos y funciones del molino de viento del pórtico de Joinville, que provoca controversias a respecto de su importancia, o no, como patrimonio cultural. Por lo tanto, tiene como objetivos analizar y problematizar la imagen de la fábrica ante las acciones y medidas que buscan la protección del patrimonio cultural por medio de intervenciones turísticas. La metodología utilizada es de naturaleza cualitativa, exploratoria e interpretativa basada en Geertz (2008), con recolección de datos bibliográficos y documentales, asociada con la búsqueda de imágenes del molino en plataformas digitales y con la producción de fotografías de objetos que presentan la figura del molino. Después de leer, archivar y sistematizar ese material, se construyó una base de datos en el programa Access. Los resultados indican que el molino despierta sentimientos contradictorios sobre preguntas relacionadas con la representación, la originalidad y la autenticidad. Sin embargo, aunque el molino no sea oficialmente reconocido como un sitio patrimonial, su uso es consolidado como un destino turístico y ha sido apropiado por la población como una representación simbólica de la imagen del lugar.

Palabras clave: patrimonio cultural; turismo; molino de viento; redes sociales; Joinville.

INTRODUÇÃO

Este artigo é um recorte da pesquisa pós-doutoral (Programa Nacional de Pós-Doutorado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – PNPd/Capes) sobre a “Proteção do patrimônio cultural frente às estratégias do turismo”, realizada no âmbito do Programa de Doutorado e Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade na Universidade da Região de Joinville (Univille). A proposta tem o intuito de problematizar a preocupação em compreender e observar as transformações e os recursos utilizados para a proteção do patrimônio cultural nos espaços rurais e urbanos contemporâneos, especialmente da região de Joinville, por meio de iniciativas que envolvam a atividade turística.

É necessário destacar que a construção do pressuposto norteador da pesquisa tem por base os princípios descritos por Cunha Lima (2016), que condiciona a potencialidade da atividade turística em agir na proteção do patrimônio cultural, desde que esta seja desenvolvida observando as vocações do território onde se insere, e, nesse sentido, deve-se afastar, sempre que possível, do modelo de gestão massivo ou convencional. Desse modo, quanto mais a atividade turística é direcionada às características e aspectos culturais da comunidade, maior é a probabilidade de tal atividade mitigar os impactos negativos em âmbitos social, ambiental e cultural provenientes do turismo e promover uma ação no sentido de proteger os bens.

A investigação assume a necessidade de buscar conhecer, valorizar e proteger as tradições, a memória e o saber fazer das técnicas ancestrais presentes na cultura local, com o intuito de fomentar uma atividade turística capaz de promover estratégias que incidam no desenvolvimento local e humano. Esse processo tem como principal ferramenta a apropriação da cultura como forma de revelar as potencialidades para gerar novas oportunidades fundamentadas na vocação do território, a exemplo das atividades de turismo de base local, comunitário, desenvolvidas com ações de associativismo, de experiência criativa, pedagógicas, entre outras.

Considerando as ideias apresentadas, o principal objetivo da pesquisa é investigar e analisar espaços que se propõem a realizar ações e medidas que busquem a proteção do patrimônio cultural em diálogo com intervenções turísticas, sobretudo no que diz respeito à sua função social (proteção, valorização e usufruto pela comunidade), a fim de evitar converter a cultura local em objeto mercadológico no processo de turistificação.

Mais especificamente, o debate apresentado nesta comunicação emerge das tensões e problematizações dos usos e funções da imagem³ do moinho de vento, um dos elementos que compõem o conjunto arquitetônico do pórtico da cidade de Joinville. Corrêa, Coelho e Cunha Lima (2018) relatam que a edificação erguida em 1980 tinha entre seus objetivos homenagear a colonização alemã e, portanto, teoricamente ressalta características e particularidades semelhantes às dos moinhos de Hamburgo, região portuária da Alemanha de onde partiram imigrantes para Joinville.

Apesar disso, a construção é alvo de um embate constante quanto a sua importância, ou não, como patrimônio cultural, principalmente quando grupos ligados à área do patrimônio questionam seus valores históricos e arquitetônicos e conseqüentemente a legitimidade desse processo. Domingos, Coelho e Cunha Lima (2018) ressaltam que um dos elementos que reforçam tal controvérsia é o fato de o moinho ter sido concebido como ferramenta de potencialização econômica para Joinville, apoiada na atividade turística a fim de consolidar a cidade como um destino para o setor do turismo de negócios e eventos.

Nesse sentido, para além do embate provocado pelos técnicos do setor do patrimônio, esta pesquisa justifica-se pela capacidade de ampliar o debate sob o viés acadêmico, com base nas tensões que os novos usos e funções da imagem do moinho podem revelar quanto à representação simbólica e de identidade originada pela apropriação da imagem do moinho por moradores e turistas, bem como seus possíveis desdobramentos, manifestando estratégias

de proteção do bem e da paisagem onde está inserido, aliadas aos usos turísticos dele.

PERCURSO METODOLÓGICO

Para atingir o objetivo proposto, a metodologia adotada pode ser descrita como qualitativa e de natureza exploratória. A investigação tomou como ponto de partida a coleta de dados, e para tal foi realizada em três etapas. Inicialmente foi feito um levantamento bibliográfico, e num segundo momento a pesquisa foi subdividida em duas novas frentes de ação – a coleta documental e a fotográfica –, o que resultou em duas pesquisas de iniciação científica.

Após uma busca nas principais bases de dados acadêmicas para confirmar, aprofundar e atualizar as referências bibliográficas sobre a temática estudada, efetuou-se um mapeamento dos artigos que abordassem e/ou correlacionassem o turismo e o patrimônio cultural, nos principais periódicos científicos brasileiros da área do turismo, sendo catalogadas 121 publicações.

A coleta documental ocorreu no Arquivo Histórico de Joinville (AHJ), mais especificamente na Coleção Temática Complexo Expoville, composta por matérias e reportagens impressas provenientes da mídia local e regional. Resultou no conjunto de 25 fontes abrangendo os anos de 1976 a 2004. O principal tema tratado nesses documentos é a construção do pórtico da cidade de Joinville e a inclusão de um moinho de vento cenográfico, que serviria como atrativo turístico e ao mesmo tempo uma homenagem à imigração alemã. Em virtude desses fatores, Corrêa, Coelho e Cunha Lima (2018) descrevem o material coletado como plural em suas abordagens, mas singular quanto ao debate sobre as relações e tensões simbólicas, identitárias e de representação que o moinho suscita desde a sua idealização até os dias atuais.

No que tange à pesquisa fotográfica, a coleta transcorreu a princípio utilizando apenas plataformas digitais (Instagram, Facebook, TripAdvisor e Google Imagens) e resultou na captura de 200 postagens. Em uma segunda fase da pesquisa a coleta de imagens foi ampliada além das fronteiras do mundo virtual e foram produzidos 85 registros fotográficos de objetos (cartaz, fôlder, suvenires, *outdoor*, grafite, tatuagem, entre outros) que em sua composição apresentam a figura do moinho. Ao final o banco de dados totalizou um conjunto de 285 imagens.

O material proveniente das três etapas após leitura, fichamento e sistematização resultou na construção de um banco de dados no programa Access alimentado continuamente com novas informações. Por fim procedeu-se à escolha e à definição dos critérios de tratamento do material selecionado, sendo conduzido à luz da análise interpretativa de Geertz (2008).

PATRIMÔNIO E TURISMO

Antes de centrar o olhar na relação entre turismo e patrimônio, faz-se necessário inicialmente apresentar o entendimento acerca do termo cultura adotado nesta pesquisa. Por entender a cultura como um conjunto de ideias, valores e questões cujas implicações refletem princípios morais, estéticos e uma atitude coletiva, a visão de Kupper (2002) sugere entender a representação da cultura como um sistema simbólico. A esse pensamento pode ser somada a ideia apresentada por Montiel (2003) de que a cultura é resultante de uma ação comunitária, por intermédio da qual as pessoas buscam se autorrepresentar e desse modo estabelecer signos e significados com o meio em que estão inseridas. Em outras palavras, Sidekum (2003) resume cultura como a faculdade humana de estabelecer vínculos consigo, com o mundo e com as demais pessoas.

Na perspectiva de que as paisagens, a arquitetura, a gastronomia, a arte, os ofícios tradicionais, entre outros, se configuram como patrimônio, Gonzales-Varas (2003) sintetiza a importância da cultura e dos bens materiais e imateriais presentes em uma comunidade, ao dizer que esses elementos representam as manifestações e os testemunhos significativos da cultura humana.

Por sua vez, Zanirato e Ribeiro (2006) observam que, mesmo quando se desenvolvem ações voltadas para a proteção e a valorização do patrimônio, especialmente pela esfera pública governamental, vários riscos podem advir dessas medidas, tais como relegá-lo ao isolamento, acessível apenas para contemplação, como um objeto museal.

Sobre os riscos e as influências negativas que determinadas medidas podem causar à cultura, Zanirato (2016) adverte para as interferências mercadológicas de cunho econômico, como a especulação imobiliária. Esse exemplo possibilita-nos criar uma ligação direta com a atividade turística, o outro ponto conceitual que direciona nosso estudo.

O fomento de um turismo massivo e desordenado, sobretudo o que é baseado na construção de megaempreendimentos, por exemplo, normalmente apresenta como consequência a descaracterização local dos espaços, podendo estimular a retirada da população de sua área de moradia e sua não absorção no novo mercado de trabalho que surge fruto das novas iniciativas do *trade* turístico, além de estimular uma elitização da cultura que afasta a população local das práticas tradicionais existentes na área.

Por conseguinte entendemos que, mesmo quando determinadas iniciativas visam à proteção do patrimônio por meio de medidas que envolvam o turismo, podem muitas vezes falhar, por não serem observados aspectos como o apresentado por Canclini (1994, p. 96): “Os usos sociais do que foi produzido no passado devem estar relacionados com as necessidades contemporâneas da maioria dos habitantes”.

Por não seguir essa lógica, a área do turismo, ferramenta principal que utilizaremos para a análise do patrimônio neste projeto, apresenta inúmeros exemplos em que as intervenções, além de não salvaguardarem o patrimônio, trouxeram danos, como é o caso apresentado por Azevedo (1994), que retrata o Pelourinho após o processo de revitalização como uma vitrine, um cenário, um espetáculo teatral para o entretenimento dos turistas, algo tão distante da realidade local a ponto de ser considerado uma representação turisticada da cidade.

Vários estudos apontam, no entanto, outros modelos para desenvolver o turismo que não lançam mão de atitudes predatórias, como é o caso do chamado turismo comunitário, que prioriza os recursos endógenos e as culturas de cada localidade, a fim de promover um entendimento de como é possível minimizar os impactos negativos causados pela atividade turística, além de maximizar as possibilidades de efeitos positivos. Sob essa ótica, a convergência dos estudos sobre cultura e turismo possibilita às localidades que ultrapassem as ações de mero crescimento econômico e atinjam medidas capazes de favorecer a satisfação das suas necessidades e a melhoria da qualidade de vida, incidindo nos envolvidos um processo de desenvolvimento local e humano.

Sob esse prisma, Cunha Lima (2016) afirma que conhecer e valorizar a cultura e os aspectos patrimoniais de uma localidade na gestão da atividade turística com viés comunitário pode expandir ações que visem minimizar os impactos negativos, buscando uma postura ética, sustentável e que respeite os direitos humanos das populações locais. Tais fatores, de acordo com Guzzatti (2010), levam ao empoderamento da comunidade, uma vez que as ações comunitárias passam a configurar-se como uma garantia de proteção, preservação e consequentemente de fortalecimento das comunidades e de seus territórios, por meio de suas relações simbólicas e identitárias.

O princípio central dessa modalidade de gestão turística tem ênfase, portanto, na comunidade e em seus aspectos culturais e naturais. A gastronomia, o modo de vida, as crenças, as festividades, o patrimônio edificado, enfim, seus bens materiais e imateriais podem proporcionar, segundo Parent, Klein e Jolin (2009), o empoderamento, o bem-estar e

a melhoria da qualidade de vida das populações, principalmente das que estão em situação de risco, tais como indígenas, pescadores, agricultores artesanais, quando estruturadas em uma rede de parcerias solidárias voltadas para a proteção e defesa dos seus valores.

Nessa perspectiva, a pesquisa mostra, ainda que de forma preliminar, que o desenvolvimento de estudos na área do turismo favorece o entendimento de como as estratégias de proteção dos bens patrimoniais podem ser construídas concomitantemente com a difusão de ações que visam minimizar os efeitos negativos de tal atividade, desde que os aspectos culturais sejam considerados como veículo condutor para a promoção e o fomento turístico.

O MOINHO, UM (NÃO) PATRIMÔNIO

Antes de explicar a provocação presente no título deste artigo, é necessário reafirmar alguns pontos. Com base na literatura, esta pesquisa assume a ideia de que o patrimônio não é uma coisa em si, e sim um processo a ele relacionado na construção das identidades que resulta de ações políticas e se desdobra, como constata Smith (2006), em um discurso autorizado do patrimônio (DAP) capaz de instituir o que é, como deve ser visto, por que e para quem um bem é patrimonializado.

Da mesma forma a compreensão apresentada por Poulot (2009, p. 9) ganha ainda mais sentido: “Raros são os termos que possuem um poder de evocação tão grande quanto patrimônio”. O autor demonstra em seu raciocínio que a magnitude ligada à ideia de patrimônio não cabe nas suas limitadas categorias (artística, histórica e arqueológica), em função de sua natureza plural e eclética, que possibilita englobar dimensões pertinentes à imaterialidade, tais como o saber fazer, as tradições ancestrais, os usos e costumes alimentares.

Assumir tal posicionamento é reafirmar o pensamento de Smith (2006), que preconiza e interpreta o patrimônio, antes de tudo, como imaterial e possuidor de um vetor material, uma vez que o mais importante não é o objeto em si, e sim o que ele representa. No entanto toda essa questão se desdobra em discursos de reivindicação de outros grupos que não se veem presentes no discurso oficial autorizado e, portanto, não se sentem representados.

Desse modo, temos de pensar o seguinte: o moinho do pórtico de Joinville teria mais a ganhar ou a perder ao assumir o *status* de patrimônio protegido por chancela, por tombamento ou por registro oficial? O questionamento é pertinente ao ponderarmos que, se esse local fosse reconhecido como bem patrimonial oficial da cidade, por exemplo, passaria a sofrer também a influência de um discurso autorizado sobre ele. Tal fato incide em inúmeros desdobramentos, como a inibição de outras formas de representação, de discursos, de identidades, de apropriação do bem por parcelas da comunidade ou mesmo de políticas que não sejam reconhecidas oficialmente. A patrimonialização do moinho, portanto, pode criar barreiras e confronto no que se refere a determinados grupos e seus usos.

Ao refletir sobre essas questões deparamos com outros aspectos relevantes: o objeto em disputa não é o bem simplesmente, e sim o conjunto de ações e medidas que se cria em torno deste, desde a paisagem cultural até o modo como as pessoas se relacionam com o bem e entre si mesmas em função dele.

Tal observação corrobora o pensamento de Davallon (2015): o patrimônio reivindica que o bem seja dotado de sentido e que permita uma reflexividade; em outras palavras, o bem enquanto patrimônio deve estabelecer relações com as pessoas de modo a gerar uma identificação entre eles. Sob esse ângulo, exige-se então que o bem patrimonial se abra para todos, que apresente uma espécie de solidariedade do patrimônio e conceda atenção à participação das comunidades. Em segunda instância as comunidades passam de detentoras e produtoras de bens culturais a desempenhar outras funções, como as relativas a gestão, promoção e mediação.

O engajamento direto da população nas etapas relativas à operacionalização patrimonial deve ser entendido, portanto, como um resultado direto da identificação das pessoas com o bem, ou seja, um alinhamento direto com o sentimento de representatividade. Nesse sentido podemos dizer que, quando as populações passam a se reconhecer no bem patrimonial, elas reafirmam seu pertencimento, o que viabiliza novas possibilidades. E, mesmo quando elas não encontram concordância com as ideias e discursos impostos pelos órgãos e técnicos do patrimônio, podem subverter a lógica patrimonial.

Adell (2016) discorre que esse processo é uma resposta à imposição de um discurso tido como oficial, que modela o que deve ser visto como correto, o modo adequado e compatível que determina os usos e as relações das pessoas com o bem. Por conseguinte, os demais grupos que não se veem representados nessas falas podem exigir novos usos e intenções, ao que o autor descreve como o retrato de uma sociedade democrática, embora não seja vivida como uma utopia harmônica, pois sempre terá um estrato social privilegiado nos discursos oficiais, enquanto outros grupos serão invisibilizados.

Nessa perspectiva, o autor pondera que a oralidade é a força simbólica da memória e que a posse do bem é difusa, pois os que detêm o poder discursivo possuem a capacidade não apenas de decidir o que preservar, como também o que deve ser transmitido às gerações futuras e conseqüentemente o poder de transformar o bem. Ou seja, num dado momento existe um sentido simbólico a ser transmitido que ultrapassa o objeto em si, uma vez que aciona os valores atribuídos a ele e que alguém quer transmitir para as pessoas no futuro.

Tais leituras induzem a observar outros objetos relacionados a este estudo e refletir sobre o tema. As imagens do moinho publicadas na internet e os novos usos atribuídos a ele demonstram que há outras possibilidades e que provavelmente uma parcela da população, ao fazer uso da imagem do moinho, descortina uma nova leitura histórica da cidade de Joinville e de certo modo abre espaço para a desconstrução de um discurso oficial. Se por um lado existe a retórica de uma cidade industrial, moderna e próspera, negar o caráter patrimonial do moinho é negar também o passado agrícola da cidade, bem como o presente, a exemplo dos projetos que acionam o patrimônio rural, articulados inicialmente no roteiro da Estrada Bonita em 1992 e mais recentemente com o Projeto Viva Ciranda.

Estaria a população reivindicando a inclusão da memória e da identidade agrícola da cidade no discurso oficial ou seria a apropriação da imagem do moinho apenas um reflexo das influências e conseqüências que o turismo exerce na população? Embora ainda não seja possível apresentar uma resposta definitiva sobre o caso, a pesquisa revela uma apropriação da figura do moinho como um símbolo não oficial da cidade, e tal fato aproxima o bem em questão dos debates apresentados por Korstanje (2011, p. 33) sobre o “patrimônio turístico”, caracterizado como um elemento com a capacidade de sintetizar os valores culturais e de agir como agente de intercâmbio comercial ao estabelecer uma ponte entre o passado fabuloso e o presente.

Independentemente da lógica apontada nas duas hipóteses, parece-nos que nesse último caso a apropriação por parte da população do que poderíamos chamar de um reflexo do impacto do turismo gera novos olhares sobre o monumento e passa então a contribuir com a sua valorização por parte da comunidade local, e esse movimento pode se desdobrar no incentivo de suscitar outros discursos e até mesmo a abertura de um processo de ativação patrimonial, descrito por Prats (2005).

O turismo, portanto, ao mesmo tempo em que se apropria e se utiliza de forma mercadológica de um bem patrimonial ou não, pode por sua vez provocar o reconhecimento de novas possibilidades e assim ressignificar memórias e identidades, tendo como efeito o debate dos discursos patrimoniais oficiais e o surgimento de medidas de proteção e conservação de

bens, monumentos e áreas até então não alçados à condição de patrimônio. Assim, o turismo age como ferramenta estratégica que permite a salvaguarda, a reinterpretção e a abertura de novas possibilidades para o local onde é praticado.

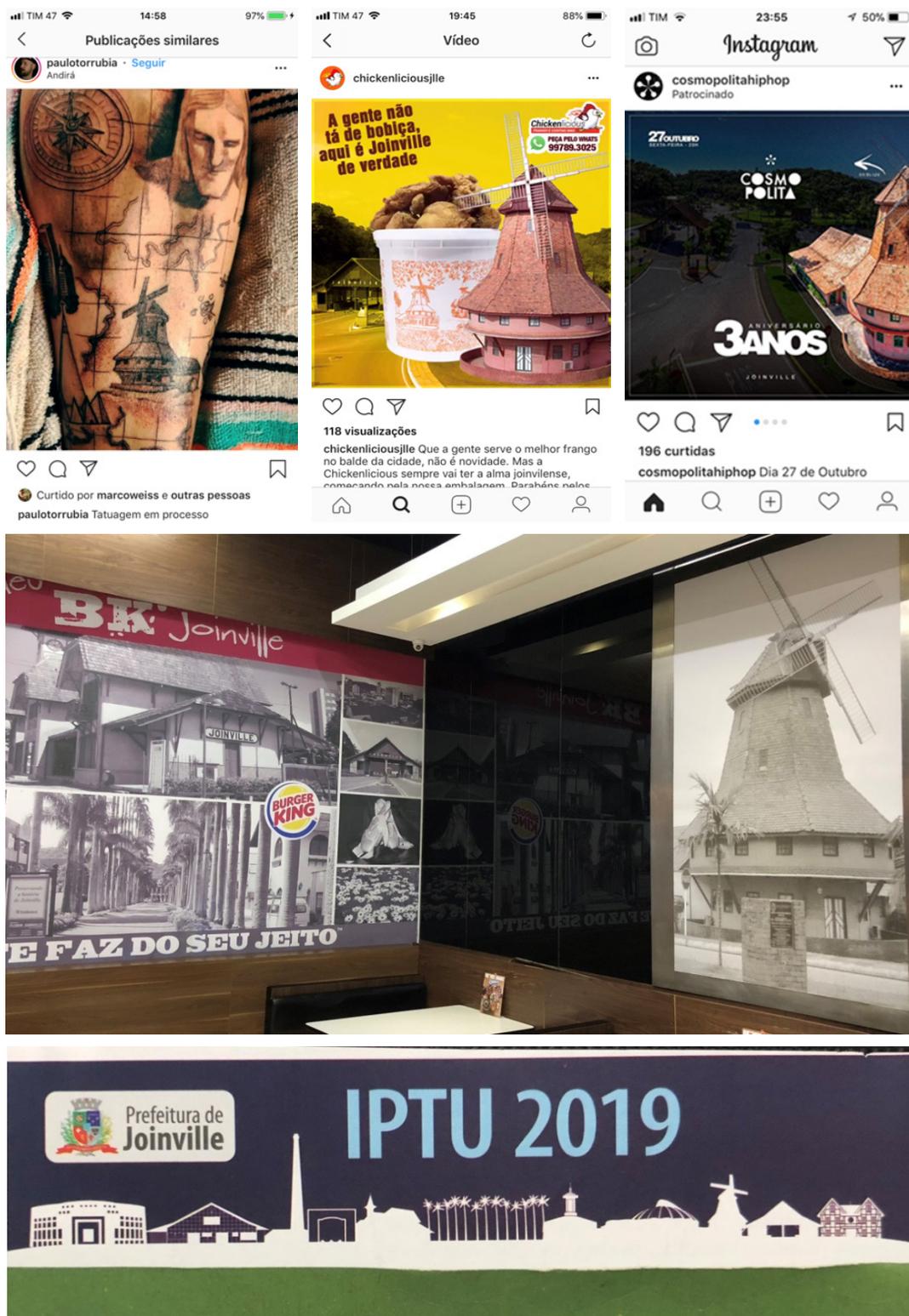
Nesse âmbito, entendemos que o moinho do pórtico de Joinville, diferentemente dos empreendimentos dos roteiros de turismo rural, é um exemplo da dicotomia que envolve a patrimonialização dos bens. Sobre essa questão, Machado (2018, p. 26) pontua que “nem tudo o que potencialmente poderia ser considerado patrimônio cultural acaba por ser reconhecido desse modo”. O autor sugere que isso ocorre porque os variados bens, práticas e monumentos, embora possam refletir e representar os valores e interesses de um dado grupo social, para serem reconhecidos enquanto patrimônio precisam adentrar no processo de ativação patrimonial.

Dois questões auxiliam a ter uma melhor compreensão dessa lógica. Embora exista uma mobilização social em torno do moinho, para que a ativação ocorra é necessário, de acordo com Prats (2005), o envolvimento do setor público, para legitimar e decidir os valores culturais de um bem, suas funções e o que ele pode ou não vir a representar para as pessoas. Consequentemente, o poder decisório não está nas mãos da população, que usa e vive o bem, mas sim numa parcela de representantes públicos e governamentais que, ao deliberar sobre o que deve ou não ser patrimonializado, retira do bem uma característica fundante: a de ser resultante da experiência ativa de uma sociedade. Smith (2006) alerta para o fato de que tal medida induz à transformação do bem em coisa ou lugar que as pessoas são levadas a visitar, recebendo de forma passiva informações predeterminadas. Ou seja, trata-se de narrativas oficiais que constroem os DAPs, sem que haja uma real interação.

Cabe também ressaltar que o patrimônio não deve ser reduzido a um recorte estático do passado nem tampouco apenas ao sentido de herança a ser transmitida para as gerações futuras. Poulot (2009, p. 14) observa que de fato existe a função de “assimilar o passado”, contudo é necessário entender que esse passado está em constante transformação, uma “metamorfose dos vestígios e dos restos”. O patrimônio, portanto, tem como finalidade legitimar identidades e reafirmar valores, mas, por depender de uma reflexão erudita e da vontade política, pode muitas vezes engessar seu real propósito. O autor destaca ainda que existe uma relação capaz de afetar os patrimônios em função das especificidades da gestão e os valores a eles atribuídos, todavia, por mais que se forneçam conteúdos discursivos e caminhos para interpretar o patrimônio, as possibilidades são inúmeras e não se encerram apenas nas que são oferecidas. Por conseguinte, os patrimônios favorecem uma espécie de legitimação histórica e de valores que se desdobram numa teia de conexões entre a comunidade, suas memórias e as projeções que esta constrói e deseja difundir.

A análise do conjunto das fontes, tanto as coletadas na internet quanto as produzidas por registros fotográficos, permite constatar múltiplas conexões e analogias. Sobre tal questão, Domingos, Coelho e Cunha Lima (2018) observam que, mesmo havendo uma pluralidade quanto às finalidades do uso da imagem do moinho, tais como retratar experiências turísticas e peças publicitárias, algumas particularidades sobressaem conferindo um sentido comum às apropriações resultantes da diversidade dessa utilização. Os autores pontuam ainda que o moinho, além de consolidar a imagem turística da destinação, passa a desempenhar o papel de referência espacial e geográfica. Tal aspecto reflete diretamente na construção da marca da cidade, pois não evoca simplesmente a singularidade da paisagem cultural, mas sim a própria singularidade da cidade, como observado no conjunto de imagens a seguir (figura 1).

Figura 1 – O moinho e seus usos



Fonte: Dados da pesquisa (2019)

As análises das imagens e de seus microtextos permitiram, além de reafirmar os pontos evidenciados na bibliografia acionada, apresentar novos contornos ao debate. Independentemente de não haver um reconhecimento oficial do moinho enquanto patrimônio, seu uso sugere que a construção adquiriu a competência iconográfica de representar a cidade em diversas situações, tanto para moradores como para turistas. Um primeiro exemplo que corrobora essa afirmação é a proliferação de imagens do moinho para celebração de datas comemorativas da cidade. Outro exemplo que pode ser utilizado para reafirmar o poder simbólico do moinho são trechos de comentários e legendas de postagens mapeadas na internet, entre as quais destacamos: “Ele chegou na loja e resolveu que queria tatuar alguma lembrança daqui [...]. Sugerimos o moinho do pórtico porque é bem simbólico”; “Que a gente serve o melhor frango no balde, não é novidade. Mas a Chickenlicious sempre vai ter a alma joinvilense, começando pela nossa embalagem” (ver segunda imagem da figura 1).

Os novos usos e funções atribuídos à imagem do moinho impulsionam registros das práticas de lazer e turismo, como a produção de diversos produtos e serviços cuja apropriação estimula uma transmutação simbólica da edificação, que passa a projetar novos significados e a incentivar a criação e a produção de logomarcas, logotipos, símbolos e marcas de empresas e redefine até mesmo o olhar sobre a própria cidade, de tal forma que a imagem do moinho adquire um significado equiparável ao nome da cidade. Soma-se aos argumentos anteriormente apresentados o fato de o moinho ser retratado em diversos momentos ao lado de outros ícones da cidade, oficiais ou não, e por vezes em posição de destaque, em espaços e documentos produzidos pela iniciativa privada e pelo poder público.

Por fim é possível afirmar que, embora existam ressalvas quanto ao impacto da atividade turística como ação estratégica para a proteção de um bem patrimonial e predomine na literatura o consenso de que os modelos cuja gestão se afaste do formato convencional e massivo sejam os mais viáveis, a análise do moinho de Joinville permitiu ampliar esse debate. As fontes acentuaram evidências de que, não obstante o fato de o moinho ter sido idealizado como um atrativo para o turismo de massa visando prioritariamente aos ganhos econômicos, a proteção patrimonial atingiu resultados positivos, em função da aproximação com os valores culturais do local e consequentemente da população.

CONSIDERAÇÕES

Joinville, a maior cidade do estado de Santa Catarina, convive com múltiplos títulos, retratada como a cidade do trabalho, da dança, das flores, das bicicletas, e pode ser reconhecida e representada pela sua população e pelas pessoas que a visitam por meio de diversos monumentos, espaços e paisagens. Possivelmente, em virtude dessa característica, não seja rara uma polarização dicotômica que gere embates em torno dos seus patrimônios.

Cabe lembrar que um dos caminhos que levam à legitimação de um patrimônio se dá em função do reconhecimento deste como portador de sinais de identidade para um determinado grupo social. Nesse sentido, quando uma cidade que vive a multiplicidade de elementos e símbolos busca estimular um processo para enaltecer determinado aspecto histórico e/ou cultural, pode incorrer no risco de negar outros. Uma questão pertinente de ressaltar é que, quanto mais um bem se afasta de sua função primária ou é colocado em disputa, maiores são os embates sobre ele ou são ampliados os discursos sobre a necessidade de protegê-lo.

No que tange ao moinho, o debate que ele evoca parece surgir anteriormente a tais questões. Não se coloca diretamente como problemática a sua proteção, mas sim se esse é um bem que reúne valor histórico, artístico e cultural suficiente para ser reconhecido como patrimônio. Embora as fontes apontem que sua idealização está ligada a uma homenagem à

imigração alemã, sua real função é a de ser um equipamento turístico e, portanto, um bem menor aos olhos de parte dos “defensores” do patrimônio.

Independentemente dessa celeuma, o moinho foi girando na contramão, sendo incorporado como ponto turístico, e ao longo das últimas décadas galgou outros espaços e atingiu diferentes grupos. Por isso mesmo é apresentado no título deste artigo como um (não) patrimônio, com a palavra “não” entre parênteses, como forma de provocação. Embora o moinho não seja reconhecido oficialmente, a sua imagem é utilizada cada vez mais como um símbolo local para representar a cidade de Joinville, não apenas por turistas, passando a ser incorporada em diversos momentos por espaços privados e públicos. Por fim, é factível dizer que, embora sem chancela, título ou tombamento, os novos usos e funções atribuídos à imagem do moinho o fortalecem, conferem valor e o legitimam na condição de patrimônio eleito pela comunidade e, portanto, agem como uma estratégia de proteção.

REFERÊNCIAS

ADELL, N. Os giros do patrimônio. In: CAVIGNAC, J.; MACÊDO, M. K. de (org.). **Tronco, ramos e raízes!** – história e patrimônio cultural do Seridó negro. Natal: EDUFRN, 2016.

AZEVEDO, R. M. de. Será o novo Pelourinho um engano? **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/MEC, n. 23, p. 131, 1994.

CANCLINI, N. G. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/MEC, n. 25, p. 96, 1994.

CORRÊA, A. B.; COELHO, I.; CUNHA LIMA, F. B. Tensões entre turismo e patrimônio cultural: o caso do moinho de vento de Joinville. **Caderno de Iniciação à Pesquisa**, Universidade da Região de Joinville, Joinville, v. 20, 2018.

CUNHA LIMA, F. B. **Projecto Querença**: redes e arranjos produtivos turísticos no desenvolvimento local e humano em Querença – Portugal. 2016. Tese (Doutorado em Turismo e Hotelaria) – Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hotelaria, Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú, 2016.

DAVALLON, J. Memória e patrimônio: por uma abordagem dos regimes de patrimonialização. In: TARDY, C.; DODEBEI, V. D. (org.). **Memória e novos patrimônios**. Marseille: OpenEdition Press, 2015.

DOMINGOS, S.; COELHO, I.; CUNHA LIMA, F. B. Patrimônio cultural e turismo de Joinville nas redes sociais digitais. **Caderno de Iniciação à Pesquisa**, Universidade da Região de Joinville, Joinville, v. 20, 2018.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GONZALES-VARAS, I. **Conservación de bienes culturales**. Madri: Cátedra, 2003.

GUZZATTI, T. C. **O agroturismo como elemento dinamizador na construção de territórios rurais**: o caso da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia em Santa Rosa de Lima (SC). 2010. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

KLEIN, A. L.; SOUZA, M. de. Turismo rural pedagógico sob a perspectiva da multifuncionalidade da agricultura: experiências no sul do Brasil. **Pasos**, v. 12, n. 3, 2014.

KORSTANJE, M. E. Un estudio crítico sobre el patrimonio turístico: capitalismo vs (des) protección. **Revista Hospitalidade**, São Paulo, v. VIII, n. 2, p. 3-37, jul.-dez. 2011.

KUPPER, A. **Cultura: a visão dos antropólogos**. Bauru: Edusc, 2002.

MACHADO, D. F. Nós difíceis de desatar: reaberturas do passado e sobreposições de narrativas patrimoniais sobre a presença negra em Joinville (SC). **Revista Confluências Culturais**, v. 7, n. 1, 2018.

MONTIEL, E. A nova ordem simbólica. In: SIKEDUM, A.; CALDERA, A. S. (org.). **Alteridade e multiculturalismo**. Ijuí: Editora Unijuí, 2003.

PARENT, S.; KLEIN, J. L.; JOLIN, L. Le développement communautaire local et le tourisme communautaire: une analyse conceptuelle comparative. **Journal for Communication Studies**, v. 4, n. 1, p. 73-89, 2009.

POULOT, D. **Uma história do patrimônio no Ocidente – século XVIII-XXI: do monumento aos valores**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PRATS, L. Concepto y gestión del patrimonio local. **Cuadernos de Antropología Social**, Buenos Aires, n. 21, p. 17-35, jan.-jul. 2005.

SIDEKUM, A. A alteridade e interculturalidade. In: SIKEDUM, A.; CALDERA, A. S. (org.). **Alteridade e multiculturalismo**. Ijuí: Editora Unijuí, 2003.

SMITH, L. **Uses of heritage**. London, New York: Routledge, 2006.

ZANIRATO, S. H. Patrimônio cultural e sustentabilidade: uma associação plausível? **Revista Confluências Culturais**, v. 5, n. 2, set. 2016.

ZANIRATO, S. H.; RIBEIRO, W. C. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 26, n. 51, p. 251-262, 2006.